

Formulário: i-Plan Nacional - 2026	Tribunal TCMRJ
Data Emissão: 16/04/2026 13:34:56	Município 3304557
Nome Município: RIO DE JANEIRO	Início: 06/02/2026 11:43:57
Término: 13/04/2026 17:23:00	Item: i-Plan
Status: Aguardando Validação	

Diagnóstico

1.A Prefeitura realizou audiências públicas para elaboração das peças orçamentárias de 2025?

Sim

1.1.Assinale para quais peças orçamentárias foram realizadas as audiências públicas:

LDO 2026 (1) | LOA 2026 (1) .

1.2.Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas:

Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas) .

1.3.As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/sugestões apresentadas pela participação popular?

Sim

1.3.1Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação das atas de audiências públicas:

<https://www.camara.rio/atividade-parlamentar/legislacao/orcamento-municipal>

1.4.Assinale os elementos considerados no processo de planejamento e organização das audiências públicas:

Planejamento logístico. Ex.: localização do ambiente, acomodações adequadas aos participantes, regulação e testagem dos equipamentos eletrônicos (som, vídeo e iluminação), verificação dos equipamentos relacionados a transmissão das audiências etc. (1) | Estabelecimento da Pauta (0.5) | Convocação contendo o dia, o horário e o local através dos jornais, das rádios, do Portal da Prefeitura e outras plataformas digitais. Ex.: Instagram, Facebook etc. (0.5) | Indicação de mediador qualificado (0.5) | Disponibilização prévia de material de apoio a respeito dos temas a serem debatidos (0.5) .

2.Houve a realização de consulta pública online para coleta de sugestões para a elaboração do PPA 2026-2029

Sim

2.1.Na consulta pública online de elaboração do Plano Plurianual (PPA) foi disponibilizado glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?

Sim

3.Além das audiências públicas, a Prefeitura realizou diagnóstico anteriormente ao planejamento, através do levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências?

Sim

3.1.A elaboração do diagnóstico levou em conta algum plano do governo federal e/ou estadual?

Sim

3.2.Os programas do PPA 2026-2029 tiveram diagnóstico prévio?

Sim, para a maior parte dos programas do PPA

Execução do Planejamento - I

4.Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA?

Sim

4.1.Detalhe o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA:

Sim, com metas físicas e financeiras

4.2.Os programas finalísticos articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade?

Sim

4.2.1.Detalhe sobre programas finalísticos que articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade:

Todos os programas finalísticos do PPA

4.2.2.Houve avaliação da implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas?

Sim, houve avaliação

4.2.2.1.Detalhe a avaliação da implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas:

Sim, para todos os programas finalísticos monitorados

4.2.2.2.Houve a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA?

Sim, houve a elaboração

4.2.2.2.1.Detalhe a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA:

Sim, para todos os programas finalísticos do PPA

4.2.2.2.2.Assinale os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do PPA:

Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade (20) | Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida) (20) .

4.2.2.3.Houve publicação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA?

Sim

4.2.2.3.1.Detalhe sobre a publicação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA:

Sim, para todos os programas finalísticos avaliados do PPA

4.2.2.3.2Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação dos resultados da avaliação dos programas finalísticos do PPA:

<https://www2.rio.rj.gov.br/smf/orcamento/ppa.asp>

4.3.Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas?

A maior parte dos indicadores

4.4.Assinale os Planos Setoriais que foram incorporados no Plano Plurianual (PPA):

Plano Diretor | Plano Municipal da Educação (2.5) | Plano Municipal da Saúde (2.5) | Plano de Mobilidade Urbana | Plano de Resíduos Sólidos (2.5) .

5.É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente?

Sim

5.1.Assinale os tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) (0.5) | Transferências Obrigatórias Recebidas do Estado. Ex.: ICMS, IPVA. (1) | Outros | Transferências Obrigatórias Recebidas da União. Ex.: FPM, CIDE, ITR, Royalties e FUNDEB. (1) | Contribuições (0.25) | Taxas (0.25) | Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (0.5) | Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (0.5) .

5.2.Transferências Obrigatórias Recebidas do Estado. Ex.: ICMS, IPVA. foi um tipo de tributo e repasse/transferência avaliado na análise e estudo da previsão da receita?

Sim

5.2.1.A estimativa de transferências obrigatórias leva em consideração o cálculo de previsão de repasse do ICMS realizado periodicamente pela Fazenda Pública Estadual?

Sim, com reestimativa da receita prevista na LOA no decorrer da execução orçamentária-financeira

5.3.A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada?

Sim

6.Assinale os itens que a LDO dispõe:

Critérios para repasses a entidades do terceiro setor | Requisitos para início de novos projetos, após o adequado atendimento/manutenção dos que estão em andamento (0.5) | Custos estimados, indicadores e metas físicas que se correlacionam com as ações do governo municipal (0.5) | Critérios para o Poder Executivo estabelecer a programação financeira mensal para todo o Município, nele incluído a Câmara (1) | Percentual da Receita Corrente Líquida que será retido, na peça orçamentária, enquanto Reserva de Contingência, destinada a passivos contingentes e outros riscos fiscais (1) | Critérios para limitação de empenho e movimentação financeira; ressalvados os pagamentos do serviço da dívida, os relativos à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade. (0.5) .

7.Houve alteração orçamentária decorrente de remanejamento, transposição ou transferência de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro por decreto?

Sim

7.1.Assinale a classificação funcional da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto:

17 - Saneamento (-5) | 10 - Saúde (-5) | 19 - Ciência e Tecnologia | 12 - Educação (-5) | 26 - Transporte (-5) | Outras (-5) .

8.O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

Sim

8.1Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Metas Fiscais:

<http://www2.rio.rj.gov.br/smf/orcamento/ldo.asp>

8.2. Assinale os demonstrativos contidos no Anexo de Metas Fiscais:

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores (0.7) | Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (1.2) | Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS | Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita | Metas Anuais (0.7) | Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (0.7) | Evolução do Patrimônio Líquido (0.7) | Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos .

9. O Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

Sim

9.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Anexo de Riscos Fiscais:

<http://www2.rio.rj.gov.br/smf/orcamento/ldo.asp>

9.2. Assinale as etapas para gerenciamento dos riscos contidas Anexo de Riscos Fiscais:

Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (Controle Interno) (1) .

10. Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO:

Programas constantes do PPA constam na LOA (1) | Os investimentos, parte das despesas de capital, previstas na LOA e LDO são compatíveis com as previsões do PPA (2) | Programas e ações constantes da LDO constam da LOA (2) | A estimativa de renúncia fiscal prevista na LDO coincide com o estimado na LOA com variação limitada à variação da inflação (2) | A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ITBI (2) | A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ISSQN (2) | A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de IPTU (2) | O Resultado Nominal constante da LDO consta da LOA, com variação de no máximo a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei (2) | As receitas e despesas da LOA são compatíveis com o Resultado Primário da LDO, incluindo, no máximo, a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei (2) .

11. Na Lei Orçamentária Anual (LOA), há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?

Sim

11.1. Qual o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para abertura de crédito adicional suplementar?

30,0000

Estrutura

12. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?

Sim

12.1. A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento?

Sim

12.1.1. Os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício das atividades de planejamento, gestão e orçamento?

Sim, todos os servidores possuem qualificação técnica

12.1.2. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?

Sim

Controle e Avaliação

13. Há acompanhamento da execução do planejamento?

Sim

13.1. A prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas?

Sim .

13.1.1. Detalhe sobre a realização de audiências públicas:

Não realizou audiência pública quadrimestral dentro do prazo .

13.1.2. Foram elaborados os Relatórios Quadrimestrais das metas fiscais para as audiências públicas?

Sim

13.1.2.1. Detalhe sobre a elaboração dos relatórios:

Relatório da Audiência pública do 1º Quadrimestre (1) | Relatório da Audiência pública do 2º Quadrimestre (1) | Relatório da Audiência pública do 3º Quadrimestre (1) .

13.1.2.2. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação dos Relatórios Quadrimestrais de Metas Fiscais:

<https://dcmdigital.camara.rj.gov.br/>

13.2. Houve acompanhamento periódico da execução orçamentária com participação do Prefeito?

Sim

13.3.O acompanhamento e avaliação da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?

Sim, com emissão de relatórios e ciência do prefeito

14.Houve a instituição e regulamentação das operações do Sistema de Controle Interno?

Sim

14.1.Página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento de regulamentação do sistema de controle interno:

<https://controladoria.prefeitura.rio/legislacao-institucional/>

14.2.O Sistema de Controle Interno no Município possui atribuições formalmente definidas e regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal?

Sim

14.2.1.Assinale as funções constitucionais e legais atribuídas ao sistema controle interno:

Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados (1) | Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (1) | Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados (1) | Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município (1) | Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal (1) | Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados (1) | Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional (1) | Comprovar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial (1) | Acompanhar as metas de superávit orçamentário, primário e nominal (1) | Observar se as operações de créditos sujeitam-se aos limites e condições das Resoluções 40 e 43/2001, do Senado (1) | Verificar se os empréstimos e financiamentos vêm sendo pagos tal qual previsto nos respectivos contratos (1) | Verificar se está sendo providenciada a recondução da despesa de pessoal e da dívida consolidada a seus limites fiscais (1) | Comprovar se os recursos da alienação de ativos estão sendo despendidos em gastos de capital e, não, em despesas correntes (1) | Constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais das Câmaras Municipais (1) | Verificar a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos (1) .

14.3.A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do sistema de controle interno?

Sim

14.3.1.O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?

Sim

14.3.2.O quadro funcional do Sistema de Controle Interno recebe treinamento específico para execução das atividades inerentes ao cargo?

Sim

14.3.3.Na Prefeitura existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?

Sim

14.3.4.A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções?

Sim

14.3.4.1.A estrutura organizacional da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) está associada ou subordinada a qual secretaria/diretoria?

Gabinete do Prefeito

14.3.4.2.A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) procedeu com alguma comunicação de irregularidade ou ilegalidade em 2025?

Sim, houve comunicação da irregularidade ou ilegalidade

14.3.5.O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram efetivo exercício de suas atribuições?

Sim

14.3.5.1.Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas?

Sim

14.3.5.1.1.Detalhe o SIM informado anteriormente:

Sim - de todos os apontamentos

14.3.5.1.2.O Controle Interno acompanhou as medidas e os prazos das providências determinadas pelo Prefeito diante dos apontamentos do relatório do Controle Interno?

Sim - de todas as providências determinadas pelo Prefeito

14.4.Houve a elaboração de Plano Operativo Anual?

Sim

14.4.1.Assinale as atividades previstas no Plano Operativo Anual:

Os limites e condições para a inscrição de despesas em Restos a Pagar | Cumprimento das metas do PPA e a execução dos programas de governo e dos orçamentos (LOA e LDO) | Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, inclusive no que se refere ao atingimento de metas fiscais (Gestão Fiscal) | Cumprimento da legislação de licitações e fiscalização de contratos | Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado | Cumprimento das metas fiscais, físicas e de resultados dos programas de governo, no que tange a eficiência, eficácia e efetividade | Receitas | Despesas | Administração de pessoal | Estoques e almoxarifados | Outros | Contabilidade | Administração do patrimônio | Aplicação de recursos públicos por entidades de direito público .

15. Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal?

Sim

15.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do instrumento normativo de criação da Ouvidoria Pública:

Link: <https://ouvidoria.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/28/2022/03/DECRETO-RIO-No-44746.pdf>

15.2. Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:

Independência (-0.5) | Isenção (-0.5) | Acessibilidade (-0.5) | Transparência (-0.5) | Confidencialidade (-0.5) | Outros .

15.3. A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2025 contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação?

Sim

15.3.1. Assinale as informações constantes nos relatórios gerenciais elaborados pela ouvidoria:

Número de manifestações recebidas no exercício anterior | Motivos das Manifestações | Análise dos Pontos recorrentes | Providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas .

15.3.2. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação do Relatório de Gestão do exercício de 2025:

<https://central1746.shinyapps.io/AnuarioOuvidoria2025/>

15.4. Assinale as iniciativas de divulgação e mobilização social das ouvidorias:

Link da página eletrônica da ouvidoria no site da Prefeitura Municipal | Realização de eventos que estimulem a participação e coleta das demandas sociais. Ex.: realização de audiências públicas para divulgação dos trabalhos desempenhados pela ouvidoria e ouvir as demandas da população. .

16. A prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460/2017?

Sim

16.1. Informe a página eletrônica (link na internet) de divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário":

<https://carioca.rio/>

16.2. A "Carta de Serviço ao Usuário" está atualizada?

Sim

16.3. A prefeitura regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o artigo 7º, § 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017?

Sim

17. A prefeitura regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017?

Não

18. O município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01?

Sim

18.1. Informe a data da última atualização do Plano Diretor:

16/01/2024

Controle e Avaliação

19. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2025 foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações

Sim

19.1. Há duas formas de informar os dados relativos a programas e ações. Escolha uma das opções abaixo:

Importação de arquivos formato ".csv" para programas e ações

19.1.2. Informe o arquivo de programas conforme layout estabelecido

Arquivo enviado: file_3569.bin

19.1.3. Informe o arquivo de ações conforme layout estabelecido

Arquivo enviado: file_3530.bin

20. Informe o valor total da dotação inicial autorizada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2025:

46 962 562 056,0000

21. Informe o valor total da dotação atualizada em 31/12/2025:

50 559 703 515,9100

22. Pontualidade na Entrega dos Documentos relativos às Peças de Planejamento

Planejamento entregue no prazo

Comentários

23. Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?

Não

Identificação do Respondente

24. Nome Completo

Cleonis Rodrigues ██████████

25. Cargo

Agente de Fazenda

26. E-mail

crfilho@prefeitura.rio

27. CPF

000.██████████-64